

Reflexões sobre a (in)tolerância a partir de Locke, Voltaire e Mill¹

Thoughts about intolerance from Locke, Voltaire and Mill

Giselly Peregrino²
gperegrino@ines.gov.br

O direito da intolerância é, pois, absurdo e bárbaro; é o direito dos tigres, e bem mais horrível, pois os tigres só atacam para comer, enquanto nós exterminamo-nos por parágrafos.
Voltaire

Resumo

Centrando-me nas obras dos pensadores Locke, Voltaire e Mill, busco traçar as raízes da (in)tolerância na época medieval e a luta pela tolerância na modernidade. Longe de haver um fim à intolerância, a luta continua e está, hoje, na agenda da educação, visto que têm emergido discussões sobre *bullying*, preconceito, discriminação, violência, tanto dentro quanto fora da escola.

Palavras-chave: tolerância; intolerância; Locke; Mill; Voltaire.

Abstract: Focusing on the thought of the thinkers Locke, Mill and Voltaire, I attempt to trace the roots of intolerance in Medieval Times and the struggle for tolerance in the Modernity. Far from having put an end to the intolerance, the struggle against it continues and today it is on the education agenda, once the discussions about bullying, prejudice, discrimination, and violence are emerging, both inside and outside the school.

Keywords: tolerance; intolerance; Locke; Mill; Voltaire.

De acordo com dicionário de ampla circulação, **intolerância** é a "intransigência com relação a opiniões, atitudes, crenças, modo de ser que reprovamos ou julgamos falsos" (HOUAISS, 2001). Por oposição, poder-se-ia dizer que tolerância é, portanto, a transigência; entretanto, aqui, ela será considerada ponto de partida para uma educação contra a barbárie. Para tal, é

¹ Trabalho final de Estudo Individual (2012.1), sob orientação do prof. dr. Marcelo Andrade.

² Doutoranda em Ciências Humanas (Educação) pela PUC-Rio, mestre em Letras pela PUC-Rio e licenciada em Letras pela UERJ; integra o Grupo de Estudos sobre o Cotidiano, Educação e Cultura(s) da PUC-Rio; é professora efetiva do Departamento de Educação Básica do INES.

preciso (re)pensar a construção do conceito. Admito, desde já, que não vou esgotar a problemática, mas vou atrás de aportes teóricos para pensá-la.

Inicialmente, a tolerância estava vinculada à liberdade religiosa. Sua história diz respeito, pois, ao desenvolvimento paulatino da liberdade do homem. A tolerância não é algo moderno, como sói acreditar, apesar de geralmente haver uma associação da modernidade a um tempo de liberdade e tolerância religiosa, em contraponto à intolerância do cristianismo medieval. Voltaire (2000) afirma que já existia tolerância entre os povos antigos civilizados. Os gregos são exemplo disso, por terem um altar para deuses estrangeiros que desconheciam. Segundo o filósofo, "os gregos eram mais sábios e mais humanos do que nós" (VOLTAIRE, 2000, p. 9). Embora tenham condenado Sócrates à cicuta, entre outras, com uma acusação de cunho religioso, Voltaire admite que se tratou de caso isolado e reparado pelos atenienses posteriormente, ao perceberem o erro, construindo um templo a Sócrates. Voltaire também não admite que tenha havido intolerância religiosa entre os romanos, porque permitiam todos os cultos em seu território. Desmistificam-se perseguições e martírios de cristãos, mostrando que as condenações foram mais por rebeldia civil ou ocasionadas por intolerância dos próprios cristãos em relação a outros cultos do que pelo cristianismo em si. O conceito de tolerância foi, por conseguinte, uma construção histórico-social.

O cristianismo passou a conviver com a esfera política por volta do século IV, quando o imperador romano Constantino tornou-o legal e, depois, habilitou-o como religião oficial do império. Teve início a preocupação com a salvação das almas, e o cristianismo uniu forças para se manter e se expandir. A intolerância religiosa tornou-se poderosa arma. No final desse século, a Igreja já perseguia e punia cristãos heterodoxos e religiosos de outras crenças. É preciso esclarecer que ainda eram distintos o poder da religião e o do império; somente a partir do século VIII, as esferas política e religiosa se misturaram. Das cruzadas à inquisição, a intolerância foi legalizada, com perseguições, extremada violência e inúmeras mortes.

A partir desse cenário, iniciou-se um incansável esforço para alcançar a tolerância religiosa, a qual se potencializou com o Humanismo, defensor da liberdade. A Igreja, vendo-se ameaçada, valeu-se de mais repressão. Muitos

foram os pensadores humanistas perseguidos e condenados. O Humanismo tinha como uma de suas bandeiras, no que tangia à religião, a interiorização e individualização da experiência da fé. Essa renovação religiosa ganhou ainda mais vigor com Lutero, no século XVI, no cenário da reforma protestante.

John Locke, no século XVII, ponderava sobre a necessária dissociação entre os poderes político e religioso e argumentava que a tolerância é o que caracterizava a verdadeira igreja³. Acreditava que a fé devia ser operada pelo amor, não pela força, isto é, não devia, de forma alguma, ser imposta, mas precisava, mais do que tudo, persuadir a mente:

Qualquer que seja a profissão de fé que façamos, seja qual for o ritual a que adiramos, se não estivermos plenamente seguros em nossa mente de que a primeira é verdadeira, e de que o segundo traz satisfação a Deus, longe de ser alguma ajuda, eles são na verdade grandes obstáculos à nossa salvação. Pois, desta maneira, em vez de expiar outros pecados por meio do exercício da religião, oferecemos a Deus Todo-Poderoso uma adoração que estimamos ser desagradável a ele e adicionamos ao número de nossos pecados aqueles da hipocrisia e do desprezo por sua Majestade Divina. (LOCKE, 2010, p.37)

Na perspectiva lockeana, Deus não concedeu a um homem a responsabilidade de cuidar da salvação dos demais, logo, o magistrado civil nada tem a ver com isso. Ademais, o poder desse magistrado consiste na força externa, enquanto a religião, na verdade, consiste na persuasão interior. Mesmo que a força fosse capaz de convencer a mente dos homens, não ajudaria na salvação de suas almas. Locke (2010) esclarece que, se os homens têm que seguir a religião imposta por seus governantes e se somente essa é a que conduz à salvação, apenas um país poderia estar no caminho correto, uma vez que os governantes divergem no que tange às questões religiosas. Ou seja, nessa esteira, o lugar em que se nasceu é que determinaria a salvação ou perdição – o que é absurdo para o filósofo.

Locke (2010) afirma que a religião é uma comunidade⁴ natural, não política. Com isso, quer esclarecer que, se espontaneamente se faz parte de uma religião, e nela há regras às quais se deve obedecer, tais não podem

³ Locke entende por **igreja** "uma sociedade voluntária de homens que se juntam por acordo próprio, de modo a adorar a Deus publicamente de uma maneira que eles julguem aceitável a Ele e efetiva em relação à salvação de suas almas" (LOCKE, 2010, p. 39-40).

⁴ Locke define **comunidade** como "uma sociedade de homens, constituída somente para que estes obtenham, preservem e aumentem seus próprios interesses civis" (LOCKE, 2010, p.36). E compreende por **interesse civil**, "a vida, a liberdade e a salvaguarda do corpo e a posse de bens externos, como dinheiro, terras, casas, móveis e assim por diante" (Ibid.).

interferir nos direitos e deveres políticos. Além disso, elas não dizem respeito a quem está de fora da religião, e qualquer tentativa de ampliar essas regras à sociedade geraria alguma resistência. Acrescenta ainda que "se o poder civil for favorável a essas ideias particulares e quiser aplicá-las como lei, o que se consegue são perseguições, massacres, em suma, a intolerância em ação" (2010, p. 11). Locke não culpa o cristianismo pela intolerância, mas a intervenção da religião no âmbito político. Para ele, as igrejas não podem ultrapassar seus próprios limites. O alvo principal do filósofo era a Igreja Católica, a qual não aceitava a divisão dos poderes religioso e civil e se recusava a aceitar que era possível haver outros caminhos para a salvação.

Locke (2010) põe limites à tolerância. Pondera sobre sua extensão e ainda sobre o que ela requer de cada um. Para o pensador, igreja alguma deve, sob o dever da tolerância, tolerar em seu seio qualquer pessoa que ofenda as leis dessa sociedade, após advertências. Igualmente, ninguém tem o direito de prejudicar outrem nos seus benefícios civis, apenas por ser de outra religião. Locke estende isso a igrejas particulares, isto é, nenhuma pode prejudicar outra, nem ter jurisdição sobre a outra: "ninguém, nem um indivíduo, nem igrejas, não!, nem mesmo comunidades têm algum título apropriado para invadir os direitos civis e os bens terrenos dos outros, sob a desculpa da religião" (2010, p. 48). O filósofo diz ainda que a autoridade eclesiástica deve limitar-se às esferas da igreja, não as ultrapassando para assuntos civis. E isso não é tudo. Locke, em uma verdadeira educação para a tolerância, adverte:

Aquele que se diz um sucessor dos apóstolos e toma para si o ofício de ensinar é obrigado também a admoestar seus ouvintes sobre os deveres da paz e da boa vontade entre todos os homens, tanto em relação aos que estão em erro como aos ortodoxos, tanto para aqueles que diferem deles em fé e culto como para os que concordam com eles, e deve com esforço exortar todos os homens, à caridade, à humanidade e à tolerância, tanto as pessoas privadas quanto os magistrados, se houver algum em sua igreja. E deve com diligência procurar minimizar todo aquele calor e uma irracional aversão da mente que, seja por um zelo feroz por sua própria seita ou pela argúcia de outros, tenha sido aceso contra os dissidentes. (2010, p. 49-50)

O filósofo não mede esforços argumentativos, em sua *Carta sobre a tolerância*, para demonstrar que somente a fé sincera pode conduzir à salvação da alma, portanto, de nada adianta buscar, pela força externa, impor uma religião a alguém que não acredita nela. Defende que a salvação da alma diz

respeito a cada um: "a principal e maior preocupação de cada um deve ser primeiro com sua própria alma e, depois, com a paz pública" (2010, p. 77). Ainda defende que "nenhuma opinião contrária à sociedade humana ou àquelas regras morais necessárias à preservação da sociedade civil devem ser toleradas pelo magistrado" (2010, p. 77-78). Locke argumenta que um mal de alto grau de periculosidade são os homens se arrogarem, a si e aos de sua seita, alguma vantagem oposta aos direitos civis da comunidade, valendo-se da manipulação de palavras:

Portanto, aqueles que atribuem aos fiéis, religiosos e ortodoxos, isto é, sem meias palavras, que atribuem a si mesmos qualquer privilégio ou poder peculiares sobre os outros mortais em assuntos civis; ou aqueles que, sob o pretexto da religião, desafiam qualquer tipo de autoridade que não esteja associada a eles em sua comunhão eclesiástica, desses eu digo que não têm o direito de ser tolerados pelo magistrado, assim como não podem ser tolerados aqueles que não aceitam e não ensinam o dever de tolerar os homens em assuntos de mera religião. (2010, p. 79)

Os que querem perseguir os outros ou não aceitam a tolerância, isto é, os intolerantes, não devem, pois, ser tolerados. Também não podem ser tolerados os que negam a existência de Deus, isto é, os ateus, pois "a retirada de Deus, mesmo que só em pensamento, a tudo dissolve" (2010, p.80), na ótica lockeana.

Locke (2010) defende que a tolerância deve ser instituída, obrigando todas as igrejas a pô-la como fundamento de sua liberdade e a ensinar que a liberdade de consciência é direito natural de todo homem. Desmistifica a ideia de que há algumas congregações mais propensas ao tumulto, demonstrando que quaisquer grupos oprimidos e sofredores são desejosos de liberdade.

O filósofo apresenta algo que, ainda hoje, carece ser amplamente desenvolvido e esclarecido na sociedade: não é possível evitar a heterogeneidade de opiniões e, quiçá, crenças, mas deve haver tolerância com aqueles que discordam de nós ou são diferentes. A recusa dessa tolerância é que gerou tantas guerras e mortes no passado, sob o pretexto da religião. Nos dias hodiernos, ainda observamos isso, infelizmente. Os noticiários, vez ou outra, trazem à tona casos de intolerância aos diferentes, que acabam vítimas de violência, podendo inclusive ser levados à morte.

François Marie Arouet, mais conhecido como Voltaire, no século XVIII, também criticou a intolerância do clero. O *Tratado sobre a tolerância*, publicado em 1763, foi motivado pela equivocada condenação do protestante Jean Calas, de 64 anos, brutalmente morto por ter contra si, nada mais e nada menos, que a opinião pública de sua época. Foi julgado como culpado pela morte, por estrangulamento, de seu filho Marc-Antoine, supostamente encorajada pela não aceitação da conversão dele ao catolicismo, sendo que outro filho já havia se convertido sem problemas, aos olhos do pai. Sem provas de tal crime e no calor do tumulto gerado pelas pessoas que acusavam o velho Calas, a justiça o condenou à pena de morte junto de sua esposa, filhos e empregada, por sinal, católica. Todos igualmente culpados pela morte do jovem Calas, que foi considerado inclusive um mártir, tendo direito a um sepultamento digno de tal, com muita pompa.

O que condenou, na verdade, Jean Calas foi a intolerância dos fanáticos de sua época, que não aceitavam a diferença religiosa. Havia indícios de que Marc-Antoine tinha-se suicidado, mas tal foi desconsiderado. A sentença condenou o pai ao suplício da roda, acreditando-se que ele confessaria o crime diante do tormento. No entanto, tal foi o espanto geral, quando ele "clamou a Deus em testemunho de sua inocência e conjurou-o a perdoar seus juízes" (VOLTAIRE, 2000, p.10). Perante essa trágica situação, os juízes decidiram pela soltura dos demais, reconhecendo, ainda que não publicamente, o erro cometido. A esposa e os filhos foram libertos, mas, de certo modo, "condenados" a serem católicos. Para Voltaire, o abuso da religião engendrou um verdadeiro crime.

O filósofo, a partir disso, retoma o contexto da reforma protestante, demonstrando como era legítima a insatisfação geral contra os abusos do clero e da nobreza, responsáveis pela morte de inúmeros franceses. Salienta como o Iluminismo amenizou o fanatismo em diferentes locais da Europa. Aponta que há tolerância religiosa em lugares como Grécia, Índia, China, Japão, entre outros. Mostra como na América do Norte vai-se seguindo os passos da tolerância inglesa. Voltaire argumenta que não se deve anunciar nem exercer a intolerância. E mais: a "tolerância jamais suscitou guerra civil, enquanto a intolerância cobriu a terra de chacinas" (2000, p. 27).

A grande aposta de Voltaire é na razão iluminista, na filosofia. Julga que ela pode obter êxito melhor que a força, no combate ao fanatismo religioso, que gerou tantos óbitos:

A filosofia, a mera filosofia, essa irmã da religião, desarmou mãos que a superstição por muito tempo havia ensanguentado; e o espírito humano, ao despertar de sua embriaguez, espantou-se com os excessos a que o fanatismo o havia levado. (2000, p. 23)

Voltaire crê, portanto, que a razão pode vencer o fanatismo e inspirar tolerância, como diz, uma vez mais, nesta passagem:

O grande meio de diminuir o número de maníacos, se restarem, é submeter essa doença do espírito ao regime da razão, que esclarece lenta, mas infalivelmente, os homens. Essa razão é suave, humana, inspira indulgência, abafa a discórdia, fortalece a virtude, torna agradável a obediência às leis, mais ainda do que a força é capaz. (2000, p. 30)

O filósofo defende que a intolerância deve ser empregada tão-só contra os fanáticos, por perturbarem a sociedade: "Cumpre, pois, que os homens comecem por não ser fanáticos para merecer a tolerância" (2000, p. 105).

Voltaire acredita que a raiz da intolerância está nas superstições religiosas que culminam em fanatismo. Rejeita, como Locke, o ateísmo, por mostrar que "onde quer que haja uma sociedade estabelecida, uma religião é necessária: as leis protegem contra os crimes conhecidos, e a religião, contra os crimes secretos" (2000, p. 113).

Acredita na fraternidade entre as pessoas e afirma que todos deveriam considerar-se irmãos uns dos outros. Termina seu *Tratado* com uma oração a Deus, clamando tolerância entre os homens. Voltaire não fala somente em tolerância religiosa, mas em liberdade de pensar.

Diferencia-se de Locke, porque esse expõe nossa diversidade, enquanto o filósofo francês salienta nossa pequenez no universo, logo, nos torna iguais, irmãos. Para Locke, se não há um só caminho para a salvação, ou melhor, uma única verdade, cabe a nós tolerarmos e respeitarmos as diferenças. Para Voltaire, a tolerância entre as pessoas é pautada pela nossa identidade, por sermos humanos. Ou seja, enquanto o inglês baseou-se na diversidade, o francês valorizou a identidade.

Por fim, o pensador inglês Stuart Mill, no século XIX, publicou a obra *Sobre a liberdade*, a qual é importante para compreendermos o conceito de

tolerância na modernidade. Sua questão central é a relação entre liberdade civil do indivíduo e autoridade social.

[...] o único objetivo pelo qual a humanidade pode, de forma individual ou coletiva, interferir com a liberdade de ação de qualquer de seus membros, é a proteção dela própria. E que o único propósito pelo qual o poder pode ser constantemente exercido sobre qualquer membro de uma comunidade, contra a vontade deste, é o de prevenir danos para os outros membros. O próprio bem dele, seja físico ou moral, não é causa suficiente. [...] Para justificar uma intervenção, a conduta que se deseja impedir da parte dele deve ameaçar outra pessoa. (MILL, 2010, p. 49-50)

Para Mill (2010), o limite é exatamente entre o que afeta as demais pessoas e o que só diz respeito a si. O limite, por conseguinte, da tolerância reside em uma conduta fazer mal, ser prejudicial e atingir negativamente outrem. O autor refere-se apenas às pessoas ditas maduras, isto é, não se dirige às crianças ou aos jovens que não atingiram a maioridade. Também não diz respeito aos que considera bárbaros. De acordo com Mill (2010), a liberdade humana concentra-se na parte que afeta somente a própria pessoa, a saber: liberdade de consciência, liberdade de autodeterminação e liberdade de associação entre os indivíduos.

O autor enfatiza a importância da opinião e ressalta que a humanidade não pode silenciar nem mesmo uma pessoa apenas, porque não se pode ter certeza da verdade de opinião alguma, se não for posta em contraste. Ou seja, mesmo se a opinião estiver equivocada, não poderá a ela ser imposto o silêncio, visto que a verdade só pode vir à tona se estiver ao lado do erro. Tanto homens quanto épocas são, pois, falíveis, na perspectiva de Mill:

[...] as épocas não são mais infalíveis que os indivíduos, e que cada época sustentou opiniões que outras épocas tomaram não só como sendo falsas, mas absurdas, e que é certo que muitas opiniões, agora comuns, serão rejeitadas em épocas futuras, assim como outras, uma vez comuns, foram rejeitadas pela época presente. (2010, p. 62)

Em consonância com Mill (2010), ser tolerante é ter um espírito aberto às críticas de suas opiniões e de sua conduta, a fim de reconhecer uma opinião falaciosa, se houver. A intolerância está na decisão de se recusar a ouvir uma opinião, por julgá-la errônea, ou optar por uma questão pelos outros, sem conceder a eles que ouçam o que possa ser dito em oposição:

Aquele que conhece apenas o seu lado do caso conhece pouco dele. Suas razões podem ser boas, e pode não haver alguém que possa refutá-las. Mas

se ele também é igualmente incapaz de refutar as razões do outro lado, se ele não sabe pelo menos quem são os adversários, ele não tem motivo para preferir uma opinião à outra. (p. 88)

A expressão das opiniões deve ser feita nos limites de uma discussão, fazendo-se balanceamentos entre as opiniões discordantes, de modo moderado, isto é, em espírito de tolerância. Há diversidade de opiniões, para ele, e a falibilidade marca o juízo humano. Intolerante, segundo Mill (2010), é quem tem a ilusão da certeza absoluta e isola-se plenamente nas próprias opiniões, sem se abrir ao diálogo que pode suscitar posições opostas mas necessárias, a fim de que se chegue a uma opinião verdadeira. Portanto, não é a certeza plena que conduz à intolerância, mas o fato de não se permitir sua refutação, seu contraste com outra opinião. Mill (2010) acredita na ampliação máxima da liberdade, respeitando, portanto, a individualidade.

De acordo com Umberto Eco (2006), a intolerância mais perigosa é a que emerge na ausência de qualquer doutrina, acionada por pulsões elementares. Para o autor, é preciso educar para a tolerância as crianças:

Educar para a tolerância adultos que atiram uns nos outros por motivos étnicos e religiosos é tempo perdido. Tarde demais. A intolerância selvagem deve ser, portanto, combatida em suas raízes, através de uma educação constante que tenha início na mais tenra infância, antes que possa ser escrita em um livro, e antes que se torne uma casca comportamental espessa e dura demais. (p.117)

A tolerância pode ser ensinada na escola, tanto quanto qualquer outro valor, lembrando que a intolerância, para Eco (2006), é algo natural à criança e que pode, portanto, ser combatida pela educação. A criança deve ser educada para a tolerância paulatinamente. De acordo com Eco (2006), "infelizmente, se todos chegam ao controle do próprio corpo, a tolerância permanece um problema de educação permanente nos adultos, pois na vida cotidiana estamos sempre expostos ao trauma da diferença" (p. 114).

Educar para a tolerância deve, portanto, ser algo feito aos poucos, o que não quer dizer que haja êxito assegurado. Pela vida afora, estamos sempre perante e dentre as diferenças, que nos desafiam, instigam e, às vezes, podem incomodar. Cabe refletir sobre isso e perscrutar as possibilidades de uma educação contra a intolerância – sempre uma forma de barbárie. Em consonância com Andrade (2009), educar para a tolerância:

[...] parte tanto do reconhecimento do valor absoluto de cada ser humano – único, distinto, singular – como da obrigação moral de, pelo diálogo, construir normas éticas comuns e compartilhadas (universais) para garantir, sem mais, a pluralidade deste mesmo ser humano tão particular. (p. 206)

A intolerância perdura, fere e pode matar; daí a relevância de se buscarem, no campo educacional, caminhos que a impeçam e/ou ponham fim a ela. Deve estar, pois, na agenda de discussão de educadores preocupados em lutar a favor da tolerância.

Referências bibliográficas

ANDRADE, M. *Tolerar é pouco?: pluralismo, mínimos éticos e práticas pedagógicas*. Petrópolis: DP et Alii: De Petrus; Rio de Janeiro: Novamerica, 2009.

ECO, U. *Cinco escritos morais*. 7ªed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

HOUAISS, A. *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. São Paulo: Objetiva, 2001. 1 CD-ROM.

LOCKE, J. *Carta sobre a tolerância*. São Paulo: Hedra, 2010.

MILL, S. *Sobre a liberdade*. São Paulo: Hedra, 2010.

VOLTAIRE. *Tratado sobre a tolerância: a propósito da morte de Jean Calas*. 2ªed. São Paulo: Martins Fontes, 2000. (Clássicos)